

# **Avaliação do Processo de Desestatização de Distribuidoras Produto – Avaliação Técnica - Operacional**

## **Apêndice II – Análise Socioambiental CEB - D**

## Sumário

<b>1 – INTRODUÇÃO</b> .....	3
<b>1.1 – Objetivo</b> .....	3
<b>1.2 – Escopo</b> .....	3
<b>2 – METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES</b> .....	3
<b>2.1 – Procedimentos e Metodologias Aplicadas</b> .....	3
<b>2.2 – Descrição das Atividades</b> .....	4
<b>3 – AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL</b> .....	4
<b>3.1 – Política Socioambiental</b> .....	5
<b>3.2 – Programas Socioambientais e Cumprimento de Condicionantes de Licenças</b> .....	5
<b>3.3 – Gestão de Resíduos Sólidos</b> .....	6
<b>3.4 – Outorgas de captação de água</b> .....	7
<b>3.5 – Subestação Polo JK 138 kV</b> .....	7
<b>3.6 – LD Brasília Leste</b> .....	7
<b>3.7 – PRAD Parque Nacional de Brasília</b> .....	8
<b>3.8 – Gestão de PCBs</b> .....	9
<b>3.9 – Manejo de Vegetação</b> .....	10
<b>3.10 – Subestações</b> .....	11
<b>4 – CUSTOS ESTIMADOS PARA REGULARIZAÇÃO</b> .....	12

## 1 – INTRODUÇÃO

### 1.1 – Objetivo

O objetivo do presente relatório encontra-se em consonância com o preconizado no EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2019 – BNDES, que estabelece a contratação de serviços necessários para a desestatização da CEB DISTRIBUIÇÃO S.A., detentora do contrato de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica no âmbito do Distrito Federal

### 1.2 – Escopo

O escopo das atividades consubstancia a análise e avaliação da situação socioambiental da Empresa e da sua regularidade ambiental na sua área de atuação e em outras áreas afetadas por suas operações, direta ou indiretamente, abrangendo os ativos de geração próprios e de distribuição, mediante levantamento e identificação, por meio de visitas a campo, reuniões/entrevistas com gestores e análise de documentação.

Foram considerados, dentre outros elementos, os programas e as políticas socioambientais da Empresa, o cumprimento dos condicionantes das licenças ambientais, a gestão do tratamento e destinação de resíduos contaminantes e a identificação dos riscos e passivos socioambientais existentes e potenciais.

Os pontos críticos e recomendações de ajustes, a estimativa de investimento em adequações necessárias e a indicação de adoção de mecanismos de mitigação dos riscos socioambientais foram devidamente registrados para que se possa assegurar a sustentabilidade e a continuidade das operações da Empresa.

## 2 – METODOLOGIA E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

### 2.1 – Procedimentos e Metodologias Aplicadas

A metodologia aplicada procedeu inicialmente a análise dos documentos disponibilizados, sendo a mesma complementada por reuniões/entrevistas com os gestores responsáveis e visitas de campo.

Na sequência, foram solicitadas documentações complementares, de modo a subsidiar o refinamento das informações e demonstração das evidências documentais das particularidades observadas quando da realização das entrevistas e visitas de campo.

Os principais elementos considerados foram os programas e as políticas socioambientais da Empresa, o cumprimento dos condicionantes das licenças ambientais, a gestão do tratamento e destinação de resíduos sólidos e contaminantes (incluindo a gestão de PCBs – Bifenila Policloradas), a identificação dos riscos e passivos socioambientais existentes e potenciais, as outorgas de captação de água, entre outros. A existência de notificações, autos de infração, inquéritos civis e termos de ajustamento de conduta foram analisados no contexto dos aspectos jurídicos do trabalho global, não sendo objeto de avaliação neste relatório.

As recomendações/custos foram parametrizadas com base nas exigências legais e melhores práticas das empresas do Setor de Distribuição, adotadas de modo a garantir a conformidade socioambiental da atividade.

## **2.2 – Descrição das Atividades**

As atividades realizadas, como já mencionado, dividiram-se em três blocos, sendo compostas pela análise dos documentos disponibilizados, complementada por reuniões/entrevistas com os gestores responsáveis e visitas de campo, estas últimas realizadas no período de 12 a 14 de fevereiro de 2020.

### **2.2.1 – Análise Documental**

O conjunto de documentos disponibilizados, durante as diversas inserções promovidas pela CEB, montam cerca de 2.700 arquivos digitais com muita redundância. Além desses, um conjunto de cerca de duas dezenas de documentos foram solicitados após a realização das reuniões/entrevistas, sendo os mesmos de caráter determinativo para a composições da análise.

### **2.2.2 – Reuniões/entrevistas com gestores responsáveis**

As reuniões/entrevistas foram direcionadas pelos coordenadores da CEB, mediante as demandas apresentadas na abertura dos trabalhos realizada na manhã do dia 12/02. Neste mesmo período, ocorreu uma reunião de abertura com o Diretor Presidente da CEB, oportunidade na qual foram abordados temas de ordem geral, além da questão das perdas não técnicas por ligações clandestinas existentes na Empresa. Esse particular será tratado, sob a ótica da sustentabilidade socioambiental, no próximo item do relatório.

Como a gestão e execução das atividades socioambientais encontram-se dispersas na organização, foram envolvidas duas Superintendências para discussão do tema, a Superintendência de Engenharia, representada pela Gerência de Obras de Subtransmissão e a Superintendência de Manutenção de Sistema. As interações foram intensas e ocorreram durante todo o período já especificado, culminando com nivelamentos iniciais, esclarecimentos específicos sobre as atividades e documentação disponível e a programação das visitas de campo. Cumpra aqui o destaque da alta qualidade técnica e comprometimento dos envolvidos com o objetivo posto o que resultou em ganhos expressivos para a presente análise.

### **2.2.3 – Visitas de Campo**

As visitas de campo tiveram o objetivo de subsidiar análises mais detalhadas de assuntos específicos identificados nas reuniões/entrevistas, tendo sido realizadas por amostragem e grau de relevância dos aspectos socioambientais envolvidos.

Neste contexto, foram verificadas as obras da LD – Linha de Distribuição Brasília Leste, PRAD – Plano de Recuperação de áreas Degradadas do Parque Nacional de Brasília e duas Subestações (Ceilândia Sul e SE 07), este último quesito com seleção definida pelo grau de provável complexidade. O conjunto de informações coletadas, somado aos itens anteriormente abordados serão objeto de avaliação no próximo tópico.

## **3 – AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL**

Inicialmente, cumpre destacar e considerar como premissa básica que as atividades de subtransmissão/distribuição de energia elétrica no GDF – Governo no Distrito Federal são dispensadas de licenciamento ambiental pelo CONAM – Conselho de Meio Ambiente do Distrito Federal, por meio da Resolução CONAM nº. 10 de 20 de dezembro de 2017, o que tem, desde então, orientado as manifestações do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental quanto ao tema. A exceção se apresenta em casos de interferências em APP – Áreas de Preservação Permanente, interferência no Patrimônio Histórico e Cultural e Supressão de Vegetação.

Adotada essa premissa, neste tópico são apresentados os resultados das análises efetuadas por objetivo específico considerado, englobando o panorama atual da empresa, pontos críticos e recomendações.

O panorama empresarial registra a situação do tema quanto ao ambiente corporativo e seus aspectos de gestão, sendo os pontos críticos classificados em uma escala de 1 a 5 (sendo 1 pouco/nada crítico e 5 de elevada criticidade), culminando com recomendações de cunho estrutural, de forma a permitir uma análise adequada dos riscos/oportunidades e o dimensionamento das ações necessárias a sua implementação.

Todas as considerações integram a análise dos pontos específicos avaliados, devendo ser consideradas em conjunto para uma melhor eficácia e efetividade da avaliação por parte dos interessados.

### **3.1 – Política Socioambiental**

Ao analisar o histórico da CEB-D verificamos diversas ações direcionadas às melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

No entanto, a gestão e execução das atividades socioambientais encontram-se em diferentes áreas da organização, assim, as necessidades de tratamento dos aspectos socioambientais do negócio são conduzidas de forma isolada pelas áreas imediatamente afetadas pela demanda.

Nas reuniões/entrevistas com gestores pode-se identificar dois segmentos da organização que estão conduzindo, cada um a seu modo e a seu tempo, as eventuais providências cabíveis.

Os responsáveis diretos identificados são a Superintendência de Engenharia, representada pela Gerência de Obras de Subtransmissão e a Superintendência de Manutenção de Sistema que, como já registrado, possuem quadro de pessoal comprometido e com conhecimento técnico satisfatório da importância e relevância de se manter a adequada conformidade socioambiental das atividades sob sua responsabilidade. No entanto, carece de uma supervisão centralizada para que seus esforços resultem em um conjunto organizado de procedimentos e boas práticas. Da mesma forma e talvez decorrente da constatação acima, não há um Sistema de Gestão Ambiental – SGA estruturado, nem mesmo iniciativas embrionárias para viabilização deste.

Desta forma, podemos concluir que a empresa não possui uma ampla política socioambiental e pelo depreendido quando dos trabalhos realizados *in loco*, observa-se a não compreensão adequada da questão, apesar do registro de que houve iniciativas de elaboração de uma política estruturada, que não prosperou, como verificado.

Estas primeiras constatações se mostrarão, ao longo do conjunto de análises, como um dos fatores fundamentais para a atual situação encontrada, o que permite inferir alto grau de criticidade 5 cabendo aqui a recomendação da adoção das ações necessárias para a imediata reversão do quadro, com a implementação do aludido SGA. A estimativa de custo para as necessidades identificadas neste tópico consta do quadro 4.1 e são baseadas nas melhores práticas do mercado nesse segmento.

### **3.2 – Programas Socioambientais e Cumprimento de Condicionantes de Licenças**

Como já registrado anteriormente, os programas e cumprimento das condicionantes de licenças são tratados de forma pontual, isolada e independente pelas áreas da empresa em que estão alocados

Este fato, somado a ausência de um SGA estruturado, inviabilizam a análise de índices indicativos sobre a situação real da conformidade ambiental da empresa.

De modo a minimizar o problema, viabilizando a necessária análise dos pontos previstos no escopo do trabalho, optou-se pela avaliação individual dos tópicos com maior potencial de exposição, cabendo o registro de que eles foram selecionados mediante a documentação apresentada e realização de reuniões/entrevistas com os gestores envolvidos. Eventuais omissões, de cunho documental ou não, podem ter ocorrido sem que haja, pela análise efetuada, o mínimo grau de controle.

Por fim, para este tópico específico e neste subitem, cabe a repetição da indicação de grau de criticidade 5 e da recomendação anterior, haja vista tratar-se de uma consequência do analisado no item 3.1. A estimativa de custo para as necessidades identificadas neste tópico consta do quadro 4.1 e são baseadas nas melhores práticas do mercado nesse segmento.

### 3.3 – Gestão de Resíduos Sólidos

Pelas informações coletadas nas reuniões/entrevistas com gestores responsáveis, a empresa não possui uma política/programa estruturada de gestão de resíduos sólidos preconizado pela Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010.

Entretanto, na análise documental referente ao ano de 2018 (última atualização disponibilizada), encontra-se o registro de que:

*i) “Em decorrência da Lei 5.610/2016 que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos, a CEB – D foi enquadrada como grande gerador. Dando continuidade à gestão de resíduos na empresa foi revisto o grupo de trabalho responsável por esta gestão, por meio da Portaria n.428/2017- DD com a atribuição de implantação e monitoria assistida do Plano de Gerenciamento de Resíduos” e de que ii) “Em abril de 2018 o SENAI treinou servidores sobre a Gestão de Resíduos na empresa. Foram destinadas 5,98 toneladas para reciclagem e 3,12 toneladas para incineração de equipamentos com PCB, no valor de R\$ 870.000,00 (Oitocentos e setenta mil reais)”.*

Ainda pela análise documental, há o registro de que *“O “Projeto Coleta de Lâmpadas” para o seguimento residencial, teve os postos de coleta ampliados. Os postos de coleta existentes atualmente sob responsabilidade da CEB Distribuição S/A estão nas Agências de Atendimento de Brasília, Brazlândia, Planaltina, Guará, Santa Maria e Paranoá. Em 2018 foram destinadas 15.000 lâmpadas em fim de vida útil”.*

Percebe-se que, anteriormente a dezembro de 2019, ainda que não abarcadas por uma sistematização nos moldes preconizados no item 3.1 retro, algumas iniciativas mostravam-se presentes nas práticas da empresa. A continuidade, eficiência e eficácias das mesmas não puderam ser documentalmente comprovadas, não tendo sido, da mesma forma, recolhidas evidências nas reuniões/entrevistas com gestores.

A observação necessária se faz quanto a iniciativa do “Projeto Coleta de Lâmpadas” e a uma ação não registrada documentalmente, sobre a coleta seletiva de resíduos da sede da empresa. Segundo apurado nas reuniões/entrevistas com gestores, primeira foi encerrada por extinção da área gestora e a segunda tem cunho pontual, reportada como ativa, sendo gerida pelos “serviços gerais” da empresa.

Contextualização efetuada, infere-se o grau de criticidade 4 e recomenda-se que a estruturação e adequação do tema a conformidade ambiental seja contemplada no escopo das providências apontadas para o item 3.1. A estimativa de custo para as necessidades identificadas neste tópico consta do quadro 4.1 e são baseadas nas melhores práticas do mercado nesse segmento.

### 3.4 – Outorgas de captação de água

Pela análise documental, constata-se que existe apenas uma Outorga para utilização de recurso hídrico. Ela refere-se a um poço tubular e tem finalidade de abastecimento humano, estando o mesmo localizado em uma das estruturas físicas da empresa. Tal diploma foi expedido em 15 de dezembro de 2014, com validade de cinco anos vencidos, portanto, em dezembro de 2019, não tendo sido possível, durante o processo de análise, a identificação da área responsável pela gestão desta questão.

Conforme preconizado no documento, as providências relativas à solicitação de renovação do mesmo deveriam ter sido adotadas com no mínimo 90 dias de antecedência antes do prazo estabelecido para o vencimento, fato este não evidenciado documentalmente ou nas reuniões/entrevistas com gestores.

Pelo quadro evidenciado, infere-se o grau de criticidade 4 e recomenda-se a adoção imediata das providências visando a renovação da Outorga com custo estimado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme apresentado no quadro 4.1. Tal estimativa é baseada nas melhores práticas do mercado nesse segmento.

### 3.5 – Subestação Polo JK 138 kV

Na análise documental, verificou-se a existência de uma obra em andamento denominada “Subestação Polo JK 138 kV” que, inicialmente, foi interpretada como sendo de responsabilidade da empresa necessitando, portanto, de detalhamento quanto aos aspectos socioambientais envolvidos.

Quando da realização das reuniões/entrevistas com a Gerência de Obras de Subtransmissão restou esclarecido que se trata de uma obra do Programa Pró-Cidades do GDF – Governo do Distrito Federal, coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

A LI – Licença de Instalação emitida pelo IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis para as obras de todo o Polo, que inclui a Subestação 138 kV, está em nome da Terracap – Agência de Desenvolvimento do Distrito Federal, sendo a mesma responsável pela manutenção da conformidade ambiental da obra. Ainda segundo os esclarecimentos prestados nas reuniões/entrevistas, a Subestação 138 kV, após energização, será repassada para o conjunto de ativos da empresa.

Para este tópico, infere-se o grau de criticidade 2, considerando que o BID, entidade financiadora da obra, possui robustos controles dos aspectos socioambientais das atividades objeto de seus financiamentos. Recomenda-se que, quando da efetiva assunção do ativo, a conformidade ambiental seja criteriosamente verificada pela empresa. Estima-se um custo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a adequada verificação de conformidade ambiental do ativo, conforme apresentado no quadro 4.1. Tal estimativa é baseada nas melhores práticas do mercado nesse segmento.

### 3.6 – LD Brasília Leste

As obras da LD Brasília Leste, que se encontram em andamento, foram dispensadas de Licenciamento Ambiental por meio de manifestação formal do IBRAM – Instituto Brasília Ambiental. Tal dispensa não exime a empresa das providências cabíveis quanto a obtenção de ASVs

Autorização de Supressão de Vegetação, compensação florestal e tratamento do patrimônio arqueológico.

A responsabilidade pela gestão da conformidade socioambiental das obras está a cargo da Gerência de Obras de Subtransmissão. O conjunto de informações documentais inicialmente disponível, somado às complementações solicitadas após as reuniões/entrevistas, permitiram a análise dos pontos não cobertos pela dispensa do licenciamento, que serão abordados de forma individual neste tópico.

A empresa possui as ASVs pertinentes a realização das obras da LD Brasília Leste, todas condicionando as respectivas compensações florestais a serem implementadas ao término dela estando, neste particular, com a conformidade ambiental assegurada. Neste quesito específico, infere-se o grau de criticidade 3, recomendando-se que sejam assegurados os recursos necessários, humanos e materiais, para a manutenção/renovação da validade das ASVs, bem como a efetiva gestão (implantação, manutenção, monitoramento e comprovação de realização perante o IBRAM) da compensação florestal exigida, a qual só poderá ser dimensionada após a manifestação formal do IBRAM acerca dos projetos de recuperação que deverão ser implementados pela empresa.

No contexto dos aspectos arqueológicos, a análise documental permite concluir que as obrigações foram satisfatoriamente atendidas, existindo manifestação formal do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, aprovando o “*Relatório de Diagnóstico Arqueológico Interventivo e do Programa de Educação Patrimonial Integral*”, apresentado pela empresa para atender as demandas do Instituto para a anuência na realização das obras. Tal manifestação traz, no seu contexto, solicitações pontuais de ajustes e melhorias no processo de registro de informações, o que permite considerar o grau de criticidade 3 e recomendar que as observações do IPHAN sejam adequadamente atendidas pela empresa no decorrer do processo. Custos adicionais só poderão ser dimensionada após a manifestação formal do IPHAN sobre a conformidade da atividade.

### 3.7 – PRAD Parque Nacional de Brasília

O PRAD Parque Nacional de Brasília é resultante das atividades de remoção de uma torre de telecomunicação da empresa, denominada “*Torre de Telecomunicação Colorado*”, que estava construída na área que foi delimitada para criação do Parque e foi solicitado pelo gestor da unidade qual seja o ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

A responsabilidade pela gestão da conformidade socioambiental do Plano está a cargo da Gerência de Obras de Subtransmissão. O conjunto de informações documentais inicialmente disponível somado às complementações solicitadas após as reuniões/entrevistas, permite concluir que as atividades de recuperação previstas no projeto apresentado ao ICMBIO estão em andamento sendo consideradas, até o presente momento, como satisfatórias pelo Instituto.

Conforme registrado nas reuniões/entrevistas, caminha-se para a finalização das atividades, época a qual deverá ser protocolado o relatório final. Considerando o estágio atual da questão, infere-se o grau de criticidade 3, recomendando-se que sejam assegurados todos os recursos necessários humanos e materiais, para a conclusão das atividades previstas e que quando do protocolo do relatório final, seja solicitada de forma tácita e expressa a quitação do ICMBIO quanto ao compromisso em questão. Eventuais necessidades de recursos adicionais para a questão só serão passíveis de dimensionamento após a formal manifestação do ICMBIO.

### 3.8 – Gestão de PCBs

Pelas reuniões/entrevistas realizadas, identifica-se que a gestão de PCBs na empresa está sob responsabilidade da Superintendência de Manutenção de Sistema e encontra-se dividida em duas classes. A primeira engloba os equipamentos de força, presentes nas subestações e a segunda nos equipamentos da rede de distribuição.

Após o recebimento de evidências documentais complementares solicitadas, a análise pode ser satisfatoriamente efetuada, sendo registrada a seguir de forma individual, para cada classe informada.

No contexto dos equipamentos de força, integrantes do conjunto das subestações, foram obtidas informações nas reuniões/entrevistas de que as manutenções são realizadas em oficina própria e de que existem evidências documentais de que os cerca de 100 transformadores e demais equipamentos existentes nas mesmas estão em conformidade quanto aos parâmetros e níveis exigidos para a existência de PCBs. Também foi relatado de que existe um inventário, não sistematizado, dos níveis de cada equipamento, ambas as informações sem comprovação documental evidente.

Para os equipamentos da rede de distribuição, as informações coletadas dão conta da inexistência de inventário quanto aos níveis de PCBs, com o destaque de que todos os equipamentos existentes deverão ser substituídos por equipamentos com materiais isolantes isentos de PCBs.

No contexto do contrato de recuperação de equipamentos, a informação obtida dá conta de que o destino dos fluídos contaminados são de responsabilidade da contratada e que, quando retornam a empresa após a recuperação, os equipamentos são acompanhados por laudos do contratado atestando a conformidade dos níveis de PCBs residuais nos mesmos. Da mesma forma que na classe anterior, não há evidências documentais evidentes para cada equipamento considerado.

No campo das iniciativas e ações para solucionar os gargalos existentes, foi reportada a existência de um contrato de P&D ANEEL com objetivo de prestação de serviços para *“Gestão e Controle Ambientais Exigidos pela Legislação Brasileira, Equipamentos Elétricos em Operação no Sistema da CEB, que Utilizam Óleos Sintéticos Contendo PCB’s ou Óleos Minerais/Vegetais Contaminados”*

Pelas evidências documentais, tal contrato tem vigência de 24 meses, contados a partir da assinatura em 01/02/2019. A motivação e resultados esperados com a conclusão do mesmo são interessantes e vem ao encontro de uma necessidade patente da empresa, porém, como todo projeto de pesquisa, não se pode asseverar sua real aplicabilidade.

Baseados nos resultados das reuniões/entrevistas realizadas e nas evidências documentais complementares solicitadas, depreende-se que o atual estágio da gestão de PCBs na empresa apresenta grau 3 de criticidade, recomendando-se a adoção da sistematização completa das informações acerca dos equipamentos de força, bem como a intensificação dos esforços para que os aspectos dos equipamentos de distribuição tenham suas particularidades minimamente mapeadas antes da conclusão do projeto de P&D. Cabe aqui a ressalva de que não existe a menor garantia de que o projeto de P&D possa solucionar de maneira eficiente e eficaz a lacuna hoje existente, haja vista tratar-se de um projeto de pesquisa e desenvolvimento.

Cumpra-se destacar que não foram disponibilizadas informações relativas a previsão orçamentária alocada para esta questão específica exceção feita ao contrato de P&D, que tem valor de fato evidenciado em R\$ 2.461.500,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil e quinhentos reais) cabendo a empresa o aporte de R\$ 1.471.580,00 (um milhão, quatrocentos e setenta e um mil e quinhentos e oitenta reais).

Estima-se um custo global, já considerando os valores alocados no projeto de P&D de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para a sistematização completa das informações acerca dos equipamentos de força, bem como a intensificação dos esforços para que os aspectos dos equipamentos de distribuição tenham suas particularidades minimamente mapeadas, conforme apresentado no quadro 4.1. Tal estimativa é baseada nas melhores práticas do mercado nesse segmento.

### 3.9 – Manejo de Vegetação

A exemplo do item anterior e com informações obtidas nas reuniões/entrevistas realizadas esta atividade também é de responsabilidade da Superintendência de Manutenção de Sistema e, de forma similar encontra-se dividida em duas classes, sendo a primeira afeta as redes e proximidades de equipamentos de subtransmissão/distribuição e a segunda as subestações. De forma análoga, após o recebimento de evidências documentais complementares solicitadas, a análise pode ser satisfatoriamente efetuada, sendo registrada a seguir de forma individual, para cada classe informada.

Para o manejo efetuado nas redes de subtransmissão/distribuição e equipamentos, existe um Plano de Manejo da Vegetação, elaborado pelas áreas Engenharia de Manutenção em conjunto com a área de Manutenção de Redes Aéreas.

A Superintendência de Manutenção de Sistema faz a gestão dos contratos terceirizados de serviços leves e pesados de poda, trituração e destinação de resíduos vegetais, além de contratos de inspeção de rede, que são determinativos para as atividades anteriores.

Tais contratos são firmados com empresas diferentes, de modo que a determinação do serviço e a verificação de sua conformidade não sejam realizados pelo próprio executor da atividade. A modalidade de medição e pagamento está definido por serviço já a partir deste ano, em substituição a modalidade anterior de turma versus hora. Consideramos que essa modalidade acarretará certamente um incremento de eficiência ao processo.

As informações complementares disponibilizadas dão conta de uma previsão orçamentária para os próximos seis anos, incluindo o ano de 2020, de cerca de R\$ 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil reais) anuais, totalizando um investimento nesta atividade específica de aproximadamente R\$ 31.200.000,00 (trinta e um milhões e duzentos mil reais) para o período considerado, a qual entendemos, pelas melhores práticas do mercado nesse segmento, adequada para a manutenção da conformidade da atividade.

No campo do manejo de vegetação em subestações, as informações levantadas nas reuniões/entrevistas dão conta de que a atividade é realizada com equipe própria, por meio de roçadas e eventual aplicação de herbicidas adequados a esta modalidade de uso. A documentação complementar recebida aponta para a troca da modalidade de execução para a de serviços terceirizados, sem, entretanto, apontar a previsão orçamentária para a mesma. Pelas melhores práticas do mercado nesse segmento, estima-se em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) o custo anual da contratação, o que perfaz, no período de seis anos, o montante de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

Neste contexto, considerando o período de seis anos, já computados o ano de 2020, a estimativa global é da ordem de R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), o que perfaz um montante anual de R\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais) anuais.

Baseados nos resultados das reuniões/entrevistas realizadas e nas evidências documentais complementares solicitadas, depreende-se que o atual estágio do manejo de vegetação na empresa apresenta grau 3 de criticidade, recomendando-se a manutenção dos investimentos previstos e a intensificação dos esforços para a melhoria da gestão das atividades nas subestações, com a formalização de contratos que privilegiem a eficiência e eficácia da atividade em tela.

### 3.10 – Subestações

A questão das subestações merece atenção especial, dada a forma como a questão socioambiental foi identificada no ambiente organizacional da empresa. As informações inicialmente disponibilizadas foram omissas nesta questão, fato somente contornado após a realização das reuniões/entrevistas com os gestores responsáveis e a solicitação de documentação complementar, que indicam a existência de 41 ativos em operação, sendo um deles uma subestação móvel. Outros dois ativos foram reportados, sendo que não se encontram em operação, estando um deles em fase construtiva e o outro em fase de anteprojeto.

O tratamento das questões socioambientais envolvidas está, de acordo com as informações disponíveis, sob responsabilidade intrínseca e complementar da Superintendência de Manutenção de Sistema e da Gerência de Obras de Subtransmissão. As situações identificadas nas reuniões/entrevistas podem ser resumidas em dois aspectos, analisados inicialmente de forma individual conforme informações disponibilizadas na documentação complementar solicitada.

O primeiro aspecto, de responsabilidade da Gerência de Obras de Subtransmissão, concentra a questão do licenciamento ambiental propriamente dito das subestações. O resumo das informações recebidas pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 3.10.1 – Situação do Licenciamento ambiental das Subestações

Descrição	Número de Unidades	Observações
Nunca foi objeto de processo de licenciamento ambiental	18	
Dispensada de processo de licenciamento ambiental por manifestação do formal IBRAM	08	
Possuem LO – Licença de Operação, que não foi renovada em decorrência da Resolução CONAM nº10, de 20 de dezembro de 2017	12	
Outros	02	01 subestação contemplada na LI do empreendimento “Polo de Informática Capital Digital e 01 subestação contemplada na LO do empreendimento” Setor Habitacional Noroeste”
Não Aplicável	01	Subestação Móvel
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	

Como destacado no início deste item de análise, apesar das atividades de subtransmissão/distribuição de energia elétrica no GDF serem dispensadas de licenciamento ambiental pelo CONAM, cerca de 42% desses ativos (18 SEs) nunca foram objeto de atenção para este quesito, o que pode ensejar passivos anteriores a edição da Resolução por parte daquele Conselho. Neste momento, a estimativa de valores não pode ser efetuada, haja vista que o órgão ambiental pode arbitrar vários tipos de penalidades, desde multas (com discricionariedade de valor muito grande) até a obrigação de assinatura de Termos de Ajustamento de Conduta. A minimização desse risco se dá pela imediata adoção das medidas apontadas, que necessariamente devem incluir em seu escopo a interação com os órgãos ambientais competentes.

Pelas constatações apresentadas, infere-se para este aspecto o grau de criticidade 4, recomendando-se que sejam obtidas manifestações formais do IBRAM quanto à conformidade ambiental (dispensa de licenciamento e ausência de passivos) do conjunto de ativos que nunca foram objeto de processo de licenciamento ambiental, bem como dos demais em que a não renovação das LOs outrora vigentes decorrem de interpretação unilateral da empresa.

Quanto ao aspecto operacional das subestações, identificado como de responsabilidade da Superintendência de Manutenção de Sistemas, as reuniões/entrevistas, complementadas pela documentação solicitada, permitem resumir as informações do total das 41 subestações como segue:

*Quadro 3.10.2 – Particularidades Estruturais das Subestações*

Descrição	Número de Presenças	Número de Ausências	Não Aplicável (SE móvel)	TOTAL
Estrutura coletora de óleo (bacia coletora)	31	09	01	41
Projeto da bacia coletora de óleo	23	17	01	41
Estrutura de separação de óleo (caixa)	18	22	01	41
Projeto caixa de óleo	11	29	01	41
Plano de contingência ambiental	01(*)	40	0	41

(\*) Informação pendente de confirmação interna

No tocante aos aspectos dos projetos civis dos ativos, a grande maioria possui registros das locações das bases dos equipamentos, planta baixa, cortes, fachada e cobertura, ainda que de forma parcial.

Da mesma forma que para o aspecto anterior, infere-se aqui o grau de criticidade 4, recomendando-se fortemente a adequação das estruturas a presença de estruturas coletoras e de separação de óleo, pré-requisitos para a elaboração dos planos de contingência ambiental, ausentes em quase 100% dos ativos considerados e que, por sua vez, são fundamentais para a adoção das providências recomendadas no contexto do aspecto anteriormente abordado. Estima-se um custo de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais) para a adoção das providências recomendadas, conforme apresentado no quadro 4.1. Tal estimativa é baseada nas melhores práticas do mercado nesse segmento.

#### **4 – CUSTOS ESTIMADOS PARA REGULARIZAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS**

Como já registrado anteriormente, os principais elementos considerados foram os programas e as políticas socioambientais, o cumprimento dos condicionantes das licenças ambientais, a gestão do tratamento e destinação de resíduos sólidos e contaminantes (incluindo a gestão de PCBs), a identificação dos riscos e passivos socioambientais existentes e potenciais, as outorgas de captação de água, entre outros aspectos particulares considerados relevantes para o negócio do segmento de atuação da empresa.

As recomendações/custos foram parametrizadas com base nas exigências legais e melhores práticas do segmento de distribuição de energia elétrica, adotadas de modo a garantir a conformidade socioambiental da atividade e a adoção de melhores práticas na gestão da temática além de observadas as melhores práticas do mercado, referendadas pela expertise da consultoria

Cumprindo aqui o registro de que, considerando metodologia de apuração, devidamente descrita no corpo do documento, bem como a assertiva acima, destacamos que as estimativas são baseadas

Este documento foi assinado digitalmente por Alexandre Guedes Viana e Joao Carlos De Oliveira Mello. Para verificar as assinaturas vá ao site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código 709B-D81A-F1BC-0669.

na expertise da consultoria sobre o tema e nos custos médios de mercado para as adequações previstas. Observa-se que uma projeção de custo mais específica exige a elaboração de uma especificação técnica para cada ação recomendada, com posterior cotação de mercado junto a empresas referência na questão, atividades estas não afetas a natureza do presente trabalho.

Neste contexto, as estimativas para uma adequação imediata da questão socioambiental e sua conformidade na empresa, considerando um cenário de estresse, pode ser assim resumida:

*Quadro 4.1 – Consolidação analítica e estimativa de custos para regularização*

<i>Objeto da Análise</i>	<i>Criticidade</i>	<i>Prazo</i>	<i>Custo Estimado (R\$)</i>
Política socioambiental, programas, cumprimento de condicionantes de licenças e gestão de resíduos sólidos <b>(1)</b>	5	Imediato	1.000.000,00
Outorgas de captação de água	4	Imediato	30.000,00
Subestação Polo JK 138 kV	2	Ao tempo	100.000,00
LD Brasília Leste	3	Durante a obra e após a energização da linha, obedecendo os cronogramas estabelecidos pelo IBRAM e IPHAN e até que os termos de quitação sejam emitidos	ND <b>(2)</b>
PRAD Parque Nacional de Brasília	3	Até o recebimento do termo de quitação, a ser emitido pelo ICMBIO	ND <b>(2)</b>
Gestão de PCBs	3	Imediato	2.000.000,00 <b>(3)</b>
Manejo de Vegetação	3	Contínuo	5.500.000,00 <b>(4)</b>
Subestações	4	Imediato	4.100.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>12.730.000,00</b>

- (1)** Inclui os objetos de análise 3.1, 3.2 e 3.3 para diagnóstico e plano de ação para a implementação do SGA;  
**(2)** Não Dimensionável: custos adicionais totalmente dependentes da manifestação dos órgãos externos envolvidos, sendo a atividade de gestão da atividade integrante do orçamento da empresa com pessoal;  
**(3)** Inclui o valor de R\$ 1.471.580,00 previsto para desembolso no P&D;  
**(4)** Valor anual, composto pela estimativa de R\$ 5.200.000,00 para as atividades de manejo efetuado nas redes de subtransmissão/distribuição e equipamentos, com o incremento de R\$ 300.000,00 estimados para contrato de manejo de subestações.

O conjunto das análises efetuadas permite a inferência de que a raiz dos riscos e fragilidades apontadas decorrem, quase que sua totalidade, da ausência de uma política de meio ambiente robusta e transversal que possa ser adequadamente refletida em um Sistema de Gestão Ambiental – SGA estruturado, visando o não comprometimento adequado para com a relevância das questões socioambientais presentes no segmento de Distribuição de Energia Elétrica.

Sendo assim, é altamente recomendável a adoção de melhores práticas da gestão socioambiental com a tônica principal de correção das rotas no tratamento das questões potenciais no momento adequado. A entropia observada nos processos analisados dá conta dessa assertiva comprometendo a adequada visão de mitigação dos riscos existentes, que em muito pode, em curto prazo, colaborar com a criação de passivos de difícil equacionamento.

Quando ocorre a troca da natureza do controle de uma empresa do ambiente estatal para o privado e tendo como exemplo, especificamente, o ocorrido com outras empresas alienadas anteriormente

no segmento de Distribuição podemos observar que a ocorrência de cobranças e demandas dos órgãos de controle socioambientais aumentam em relação ao período que antecede a troca de controle da empresa. Tal fato, decorre da descontinuidade momentânea da interlocução com esses órgãos o que cria lacunas entre as tratativas anteriormente estabelecidas e o início de novos procedimentos.

Neste contexto, a demonstração da adoção de melhores práticas pelo novo controlador no momento imediato a troca de controle da concessão, certamente atenua cobranças não justificáveis e excesso de rigor com lacunas identificadas.

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/709B-D81A-F1BC-0669> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 709B-D81A-F1BC-0669



### Hash do Documento

A49CEBFD73115CAFC7C1AF392C37E771D304EFF0168A3298FFAF707E71C3E2C9

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 20/08/2020 é(são) :

- Alexandre Guedes Viana (Signatário) - 266.046.848-65 em  
20/08/2020 11:28 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital
- Joao Carlos De Oliveira Mello (Signatário - THYMOS ENERGIA  
ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA) - 789.695.657-87 em  
19/08/2020 19:10 UTC-03:00  
**Tipo:** Certificado Digital

